

As Migrações Internas e as Estatísticas Nacionais

FAUSTO ALVES DE BRITO
DO CEDEPLAR-UFMG

1 — Introdução

O objetivo deste trabalho é fazer algumas considerações sobre a necessidade de se organizar um sistema de informações para melhor equacionar o chamado “problema das migrações internas”, que ocupam, há bastante tempo, um lugar de destaque na literatura sobre o processo de desenvolvimento econômico brasileiro. Aliadas aos desequilíbrios regionais, as migrações internas têm sido consideradas como um modo, se não ótimo, pelo menos eficiente, de realocar o fator capital humano segundo o leque de oferta limitado do emprego regional.

Diversos estudos e pesquisas vêm sendo desenvolvidos pelo CEDEPLAR, recentemente, enfocando em primeiro plano as migrações internas. Gostaríamos de partir desses estudos para termos um marco de referência necessário para cumprirmos o objetivo a que nos propomos neste trabalho.

2 — Migrações Inter-Regionais

Considerando a divisão regional do Brasil segundo as “Tabulações Avançadas do Censo Demográfico”,¹ poderíamos fazer algumas considerações sobre o comportamento das migrações, de acordo com as informações dos Censos de 1950 e de 1970.²

Em primeiro lugar, seria interessante fazermos algumas considerações sobre a posição relativa de cada uma das regiões na estrutura dos fluxos migratórios.

Documento apresentado à II CONFEGE, Comissão “F”

QUADRO I

Regiões Hierarquizadas Segundo a Emigração e Imigração em 1950 e 1970

REGIÕES	EMIGRAÇÃO				IMIGRAÇÃO			
	1950		1970		1950		1970	
	%	Rank	%	Rank	%	Rank	%	Rank
Região I	1,56	10	1,13	10	3,63	6	2,09	8
Região II	3,52	7	3,63	6	3,58	7	2,46	7
Região III	17,51	2	21,67	2	1,54	9	1,40	9
Região IV	13,22	4	14,00	3	3,25	8	2,63	6
Região V	36,60	1	31,58	1	6,37	5	3,75	5
Região VI	5,08	5	2,92	8	23,04	2	18,50	3
Região VII	14,03	3	12,39	4	29,42	1	29,81	1
Região VIII	1,97	8	3,11	7	18,29	3	23,44	2
Região IX	4,90	6	7,75	5	1,36	10	0,78	10
Região X	1,61	9	1,82	9	9,52	4	15,14	4
Total	100,00	—	100,00	—	100,00	—	100,00	—

O Quadro II nos mostra, por exemplo, que a região V é a que tem mais pessoas nela nascidas e residentes em outras regiões, tanto em 1950 (36,60% do total de pessoas residentes numa região e que nasceram em outra), como em 1970 (31,58%). Podemos observar, também, que a região VII é a que mais recebeu população de outras regiões, tanto em 1950 (29,42%), quanto em 1970 (29,81%).

As principais regiões de repulsão populacional se mantiveram praticamente inalteradas nos dois momentos de análise. Já as de atração populacional tiveram uma mudança significativa: o Paraná e a região Centro-Oeste tiveram uma ascensão significativa como pólos de atração populacional, ainda que São Paulo, praticamente, não tivesse alterado sua posição relativa. Esta, sem dúvida, é uma conclusão fundamental: houve uma relocação dos destinos dos fluxos migratórios no Brasil, enquanto se mantiveram estáveis as regiões de origem ou de repulsão populacional.

Poderíamos indagar quais foram os motivos principais que levaram a essa mudança. A resposta parece ser encontrada, por hipótese, na ampliação da fronteira econômica. O arranjo espacial da economia brasileira foi o responsável pela estrutura dos fluxos observada em 1950, assim como a mudança nesse arranjo também foi responsável pela estrutura observada em 1970. Poderíamos supor que o desenvolvimento econômico brasileiro tem sido capaz de criar novos espaços econômicos, do mesmo modo que não tem sido capaz de reativar a atividade econômica nas regiões de repulsão populacional, de maneira que essas reduzissem a sua perda populacional.

Logicamente que a não existência de informações sobre a estrutura dos fluxos em 1960 prejudica o rigor analítico necessário, porém outros trabalhos,³ também recomendam a nossa hipótese. *Parece oportuno evidenciar que a recuperação dos dados do Censo de 1960 é condição, necessária para se ter um sistema ótimo de informações sobre migrações internas.*

Mais atraente torna-se a análise dos fluxos inter-regionais de população quando desagregamos o componente migratório de uma região em suas regiões ou Estados de origem. Tomemos, por exemplo, o caso do Estado de São Paulo.⁴ Em 1950, Minas Gerais era o Estado que mais contribuía para o seu crescimento populacional, ou seja, 47,48% dos residentes em São Paulo e nascidos em outros Estados eram originários de Minas Gerais. Depois temos a Bahia com 17,56%, sendo que a contribuição deste, mais a de Minas, totalizam 65,04%. Entre os Estados do Nordeste destaca-se Pernambuco com 5,81%. Em 1950 tinham 1.080.026 imigrantes em São Paulo, ou seja, 11,82% da população total.

Em 1970, a situação não se alterou significativamente, a não ser com o aumento da imigração oriunda do Nordeste. Ainda que tenha duplicado o número de mineiros em São Paulo, a contribuição de Minas Gerais decresceu para 36,94%, mantendo-se ainda como a região que mais perdeu população para São Paulo. Esses, mais os baianos, totalizavam 55,62% dos imigrantes. Cabe destacar, também, Pernambuco com 10,20%. Em 1970, tinham 3.198.531 imigrantes, representando 24,65% da população do Estado.

Seria interessante que pudéssemos analisar região por região, dentro de uma matriz de fluxos migratórios.⁵ Porém, a natureza deste trabalho não comporta que cheguemos a esse nível.

Observe-se que na análise desenvolvida neste item estamos manipulando informações derivadas dos censos, porém sujeitas a uma restrição fundamental: não sabemos em que ano os imigrantes chegaram na região de destino, só sabemos que eles lá se encontravam no momento do censo. Essa restrição nos levará a omitir a especificação temporal do fluxo. *Parece oportuno, também, sugerir a inclusão nas informações censitárias do ano em que o indivíduo chegou ao Estado ou região-destino.*

Para suprir essa deficiência do censo, se faz necessária uma hipótese simplificadora para termos uma estimativa do fluxo no período

1950-1970. Supomos que:

$$M_{50} - M_{70} = M_{70} - KM_{50}$$

sendo $K = 0.8497$

M_{70} = matriz de fluxos acumulados até 1970

M_{50} = matriz de fluxos acumulados até 1950

K = taxa média de sobrevivência nacional para o período 50 — 70

$M_{50} - M_{70}$ = matriz de fluxos migratórios entre 1950 e 1970.

Dada essa hipótese, poderíamos ter o Quadro II que nos indica a posição relativa de cada região na estrutura dos fluxos migratórios entre 1950 e 1970.

QUADRO II

Regiões Hierarquizadas Segundo a Emigração e Imigração no Período 50-70

REGIÕES	EMIGRAÇÃO		IMIGRAÇÃO	
	%	RANK	%	RANK
Região I	1,00	10	1,50	8
Região II	3,70	6	2,00	7
Região III	23,30	2	1,30	9
Região IV	14,30	3	2,40	6
Região V	29,60	1	2,70	5
Região VI	2,00	8	16,70	4
Região VII	11,70	4	30,00	1
Região VIII	3,60	7	25,50	2
Região IX	8,90	5	0,50	10
Região X	1,90	9	17,40	3
Total	100,00	—	100,00	—

Nota-se no Quadro II que a Região V foi aquela cuja população mais emigrou, ou seja, 29,60% do total de emigrantes no período de 1950-1970. Logo após temos, principalmente, a região III (23,30%), a IV (14,30%) e a VII (11,70%).

As regiões de atração populacional que mais se destacaram nesse período foram a VII (30,00%), a VIII (25,50%) e a X (17,40%).

O que podemos concluir é que o quadro II está refletindo uma mudança estrutural significativa nos fluxos migratórios, ou seja, a ascensão do Paraná e da Região Centro-Oeste como pólos de atração populacional. Porém estamos sintetizando dois momentos, a década de 50 e a de 60 em um só, e estimando o fluxo nesse período. Vale acrescentar, novamente, a necessidade de recuperar o censo de 1960. Ainda que façamos hipóteses restritivas como a anterior, poderíamos determinar não uma, mas duas matrizes de fluxos. Essa hipótese restritiva só poderia ser superada se tivéssemos, pelo menos, o ano de chegada do indivíduo no lugar de destino.

A utilidade da matriz decenal de fluxo é imensa. Poderíamos destacar a sua necessidade para operar modelos matriciais de projeção populacional, assim como todos os modelos de simulação, especialmente os de experimentação numérica, no qual a equacionaríamos com outras matrizes ou vetores com valores regionais de variáveis socioeconômicas que determinam as migrações internas.⁶

Assim como fizemos para 1950 e 1970, podemos destacar, exemplificando, o caso do Estado de São Paulo nesse período, de acordo com a mesma hipótese restritiva.

No período 50-70 as migrações foram responsáveis por 26,00% do seu crescimento populacional, e os Estados que mais contribuíram foram Minas Gerais (32,59%), Bahia (19,06%) e Pernambuco (11,92%). Entraram em São Paulo, neste período, 2.288.486 imigrantes.

É interessante destacar que saíram, ou emigraram, 896.258 paulistas, sendo que desses, 58,86% se destinaram ao Paraná e 27,08% à Região Centro-Oeste.

3 — A Migração Intra-Regional

Parece evidente, pelas informações censitárias, que o volume de migração intra-regional é maior que a inter-regional. Não é possível medir com precisão esse volume, ainda que tenhamos nas Tabulações Avançadas informações sobre o Estado de domicílio anterior. *Acreditamos que não seria alto, em termos de custo marginal, codificarmos, também, o município de domicílio anterior.* Falamos isto mais diante das necessidades do que das dificuldades, porque a maioria das informações, referentes a migrações, necessárias ao planejamento regional, são intra-estaduais.

Gostaríamos de exemplificar com o caso de São Paulo.⁷ Para isso vamos considerar a divisão do Estado em regiões segundo o decreto n.º 52.576 de 12/12/70, e agregar as regiões de Bauru e Marília.⁸ O método utilizado foi o cálculo da migração líquida, segundo o "Average Survival Ratio", derivado das matrizes de sobrevivência regionais para o período 1960-70.

Quadro III

Saldo Líquido Migratório por Regiões Para o Período 1960-1970

REGIÕES	SALDO LÍQUIDO MIGRATÓRIO (M)	POPULAÇÃO MÉDIA (1960/70) (P _m)	MIGRAÇÃO RELATIVA (2) (M/P _m)
Grande São Paulo	1.925.926	6.498.687	29,64
Litoral	125.389	703.694	17,82
Vale do Paraíba	31.565	692.727	4,56
Sorocaba	— 23.075	999.240	— 2,31
Campinas	160.102	1.831.056	8,74
Ribeirão Preto	— 57.271	1.316.220	— 4,35
Bauru-Marília	—360.310	1.258.502	—28,63
São José do Rio Preto	—215.443	919.826	—23,42
Araçatuba	—103.779	519.817	—19,96
Presidente Prudente	—237.477	726.929	—32,67

Podemos observar no Quadro III que o comportamento migratório regional é bastante dispar. Consideremos as duas regiões que apresentam comportamentos extremos — o grande São Paulo e Presidente Prudente. Esta perdeu, durante o decênio, 237.477 pessoas, ou 32,67% de sua população média no período. As hipóteses explicativas desses fenômenos são principalmente: a pecuarização em substituição à cultura cafeeira, e a atração exercida pela ampliação da fronteira agrícola nacional. Porém, para a indagação — para onde foram essas 237.477 pessoas? Para o Paraná? Para a Região Centro-Oeste? Para o grande São Paulo? Para respondermos seria necessário termos as informações censitárias que mencionamos acima. Para determinarmos o saldo líquido migratório utilizamos um cálculo indireto.

Não seria necessário explicarmos o porquê do grande São Paulo ter recebido 1.925.926 pessoas no decênio 60-70. As características do processo de industrialização, os desequilíbrios regionais no Brasil e intra-estadual, são do consenso dos técnicos.

Porém, podemos, também, perguntar — de onde vieram esses imigrantes? — e não seria possível responder precisamente, pelo motivo exposto acima, ou seja, falta-nos informações.

Para fundamentar a necessidade de adicionar novas informações ao censo, os dados anteriores revelam que a migração para o grande São Paulo é, principalmente, proveniente do interior do próprio Estado. A importância disso é muito grande, considerando que as migrações foram responsáveis por 56,6% do crescimento populacional do grande São Paulo no período 60/70.

QUADRO IV

Taxas Simuladas de Crescimento Populacional Sem Ocorrência das Migrações

	POPULAÇÃO 1960	POPULAÇÃO 1970	TAXA %	POPULAÇÃO 1970*	TAXA %*
Grande S. Paulo	4.791.245	8.206.129	5,53	6.280.203	2,74
Litoral	560.720	846.667	4,20	721.278	2,55
Vale do Paraíba	585.772	799.682	3,14	768.117	2,75
Sorocaba	887.316	1.111.169	2,27	1.134.244	2,48
Campinas	1.540.318	2.121.794	3,25	1.961.692	2,45
Ribeirão Preto	1.204.411	1.428.029	1,72	1.485.300	2,12
Bauru-Marília	1.274.950	1.242.053	-0,27	1.602.363	2,32
São José do Rio Preto	897.894	941.758	0,48	1.157.201	2,57
Araçatuba	496.390	543.243	0,90	647.022	2,69
Presidente Prudente	735.689	718.169	-0,27	955.646	2,65

POPULAÇÃO * = população total excluindo o saldo líquido migratório.

TAXA * = taxa geométrica calculada em relação à população de 70, excluindo o saldo líquido migratório.

Novamente considerando os casos extremos, temos pelo Quadro IV que, sem considerar o saldo migratório, o crescimento demográfico do grande São Paulo seria de 2,74% ao ano, ao invés de 5,53%, e o de Presidente Prudente seria de 2,65% ao invés de -0,27%.

O caso de São Paulo é típico. Quando se considera o problema migratório a nível do planejamento regional, faz-se necessário não só considerar a migração inter-regional ou interestadual, mas também, e principalmente, a migração intra-estadual.

4 — Migração e os Problemas Regionais

Tem sido lugar comum, atualmente, se apelar para as migrações como responsáveis pelos problemas urbanos, por exemplo, para destacarmos um dos problemas regionais. Parece lógico, como vimos anteriormente, que elas contribuam para o crescimento demográfico de cidades como São Paulo e Belo Horizonte, entre outras, de maneira significativa. Conseqüentemente, elas aumentam a demanda de empregos e de serviços sociais básicos.

Seria simples se assim equacionássemos o problema, pois reduziríamos o fluxo migratório e resolveríamos os problemas urbanos. Uma proposição dessa natureza teria dificuldades em passar por um crivo mais rigoroso.

Em primeiro lugar, as migrações são resultantes estruturais, não é somente São Paulo que atrai é, também, a incapacidade da economia de Minas Gerais e do Nordeste de absorver a mão-de-obra que a repulsa. Não se trata de um problema manipulável politicamente no lugar de destino, e sim, não interação origem-destino.

Em segundo lugar, não existem evidências empíricas de que as migrações são as causadoras dos problemas urbanos. É lógico, como vimos, que elas aceleram o crescimento. Mas será que podemos determinar a sua contribuição para o crescimento, por exemplo, do produto urbano? Será que a produtividade inerente ao imigrante apresenta um desnível em relação ao do não-imigrante? Os problemas de marginalidade urbana são correlacionados com as migrações? Poderíamos fazer uma série de outras indagações que precisam ser respondidas, ou melhor, que precisamos de informações estatísticas para respondê-las.

Para fundamentar as considerações anteriores vamos considerar alguns dados derivados de uma pesquisa desenvolvida pelo CEDEPLAR.⁹

QUADRO V

Distribuição dos Imigrantes e Não-Imigrantes Segundo o Rendimento — (Belo Horizonte)***

	IMIGRANTE	NÃO IMIGRANTE	TOTAL
Até 2 SM	52,20	59,91	54,46
2 a 6 SM	31,00	27,76	30,05
6 a 10 SM	7,85	5,80	7,25
mais de 10 SM	8,95	6,53	8,25
TOTAL	100,00	100,00	100,00

* Salário mais outras formas de renda (juros, aluguéis, etc.)

** SM = Salário mínimo da época da pesquisa, 2.º semestre de 1969.

Observa-se no Quadro anterior que entre os imigrantes temos menos pessoas no nível mais baixo de renda e mais pessoas nos níveis mais altos em relação aos nascidos em Belo Horizonte. Se considerarmos o nível educacional, através da mesma pesquisa podemos observar que a taxa de analfabetismo entre os não-imigrantes é de 24,22%, enquanto entre os imigrantes é de 8,39%; 9,73% dos migrantes são de níveis universitário, enquanto entre os não-imigrantes temos somente 4,62%.

É evidente que esses dados não são definitivos para serem generalizados, principalmente em se tratando de uma cidade que tem mais de 50% de imigrantes em relação à população total. *O interesse é chamar atenção para a importância de termos informações censitárias aptas para verificar situações dessa natureza.*

A lógica do planejamento explica a necessidade de um diagnóstico a fim de se propor uma bateria de políticas face aos *objetivos de mudança* da situação evidenciados no diagnóstico. O planejamento é um processo circular para as informações da realidade a ser mudada e os objetivos do plano determinam as políticas de mudança ou conservação da realidade e as conseqüências destas políticas geram uma nova realidade da qual

necessitamos informações. Quando se fala de política migratória estamos longe da circularidade da lógica do planejamento. Ainda não estão claros os efeitos das migrações sobre os lugares de origem e destino, assim como não estão claros os objetivos e as políticas a serem propostos. Isso se agrava quando sabemos que as migrações são variáveis dependentes e, enquanto tal, não são passíveis de se transformarem em variável instrumental em nenhum modelo de planejamento. Tanto no que se refere às causas das migrações quanto aos efeitos, estamos sempre diante de variáveis econômicas e sociais como absorção de mão-de-obra, padrões de propriedade e uso da terra, oferta de serviços públicos, etc. Os objetivos da política migratória são os objetivos do planejamento regional.

Poderíamos ir além, não parece próprio considerarmos as migrações como fluxos homogêneos. Os migrantes se diferenciam quanto à idade, sexo, educação, ocupação, para considerarmos somente as variáveis chamadas de “background”.

Em síntese, é extremamente necessário que possamos extrair do censo ou de outras pesquisas do IBGE tabelas que cruzem a variável migração com as de “background” consideradas acima, assim como tabelas que considerem a migração como variável de controle. Como exemplo desta última sugestão seria de imensa utilidade se cruzássemos renda-educação e depois fizéssemos o mesmo cruzamento para os imigrantes e para os não imigrantes separadamente.

5 — Síntese das Sugestões

1 — Recuperar as informações do Censo de 1960, para que possamos determinar as matrizes de fluxo decenais.

2 — Agregar às informações censitárias ou de pesquisas desenvolvidas pelo IBGE o ano de chegada do imigrante na região de destino, para que possamos especificar no tempo, segundo determinadas hipóteses, a matriz de fluxo.

3 — Codificar no censo, ou em pesquisas desenvolvidas, o município ou região (unidade intra-estadual) de origem, já que as migrações intra-estaduais se destacam como tão importantes ou mais que as inter-regionais.

4 — Elaborar tabelas com informações do censo (ou de amostras), cruzando “status” migratório (migrantes, não-migrante) com as variáveis de “background,” assim como controlar, através da variável “status” migratório, o cruzamento entre as variáveis de “background.”

Acreditamos que uma sugestão válida poderia ser a de se extrair uma amostra do questionário por amostra para os principais centros urbanos e se fazer um estudo específico sobre migrações. O importante é que possamos concluir estatisticamente sobre a unidade municipal ou a área metropolitana.

5 — Finalmente, achamos que não seria desnecessário sugerir que se fizesse, através do IBGE, um Centro de Informações sobre migrações internas no Brasil, agregando não só os trabalhos feitos pelo IBGE, mas também por outras instituições. Isso possibilitaria não só o acesso mais rápido às informações assim como evitar o desperdício de recursos em pesquisas e estudos já desenvolvidos nessa área e que são sistematicamente repetidos.

NOTAS

- 1 — Tabulação Avançadas do Censo Demográfico de 1970, IBGE.
- 2 — Vide Alves de Brito, Fausto, Migrações inter-regionais no Brasil, Trabalho apresentado no Simpósio de Migrações Internas e Desenvolvimento Regional, abril 1972.
- 3 — Graham Douglas e Buarque de Holanda Filho, Sérgio, Migration, regional and urban growth and development in Brazil; a Selective Analysis of the Historical Record — 1872-1970; IPE, USP, 1971.
- 4 — Vide Alves de Brito, Fausto, Macedo Soares, Maria Luiza e Buarque de Holanda Filho, Sérgio, Aspectos do Problema Migratório no Estado de São Paulo, trabalho publicado pela Secretaria de Economia e Planejamento de São Paulo, 1972.
- 5 — Vide Alves de Brito, Fausto, Migrações inter-regionais no Brasil.
- 6 — Vide entre outros ROGERS, ANDREI, Matrix Analysis of Inter-regional Population Growth and Distribution, University of California Press, 1968.
- 7 — Vide Alves de Brito, Fausto, Macedo Soares, Maria Luiza e Buarque de Holanda Filho, Sérgio op. cit.
- 8 — As regiões de Marília e Bauru foram agregadas devido a falta de informações para 1970, no DEE de São Paulo, para cada uma delas separadamente.
- 9 — Alves de Brito, Fausto, Pesquisa de Recursos Humanos, SEDEPLAR, (não publicado).